

EXALTAÇÃO PORTUGUESA

DA RAÇA NEGRA

A divisão da sociedade em três classes — clero, nobreza e povo — foi uma realidade histórica. Ao passo, porém, que por essa Europa estas classes se mantiveram mais ou menos em compartimentos estanques, ao ponto de o próprio clero se subdividir em duas subclasses — o clero nobre e o clero plebeu —, em Portugal foram elas sempre muito abertas, tanto ascenden-

duos de inteira ascendência fidalga caídos no povo e exercendo mesteres manuais, como o de sapateiro, e, em São Miguel, pelo contrário, trinetos de escravos que haviam recebido foros de nobreza.

No clero ingressava a nobreza e o povo. Talvez a nobreza desse ao clero, todavia, maior contribuição, pelo menos até ao advento do liberalismo. Não somos categóricos nesta afirmativa. Contudo, em cinco gerações de uma linha fidalga da nossa ascendência, entre 1600 e 1800, encontramos vinte tios e tias que foram padres, frades ou freiras, e, noutra, também de antepassados nossos, mas sem pergaminhos nobiliárquicos, só identificámos, no mesmo período, das pessoas que haviam professado, um número bastante inferior a metade daquele.

★

Os foros e cartas de armas não são, no dizer dos entendidos — e nós não o somos —, elementos fundamentais de provança de nobreza antiga, mesmo quando nesses documentos havia referências a antepassados fidalgos. Muitas famílias da província desprezavam tais «certificados», por não precisarem deles para se considerarem e serem tidas como nobres.

Em muitas daquelas cartas é referida «a limpeza de sangue» e a ausência de sangue «de infecta nação». Nessas expressões querem alguns ver provas duma discriminação racial que, então existente por toda a Europa, também atingiria o nosso país. Não têm, porém, razão, assim o julgamos.

A «limpeza de sangue» era, com efeito, de duas naturezas: de carácter social, se os pais e avós viviam com dignidade e nobreza, embora não fossem nobres encartados; de carácter religioso, se não tinham sangue de «infecta nação», judeu ou mouro — mas de religião e não de raça.

Vivia-se ainda na tradição das Cruzadas, da Guerra Santa e das lutas contra o Islão. A discriminação de carácter religioso visava, especialmente, os indivíduos de religião hebraica ou maometana. As hostes católicas defendiam-se da infiltração inimiga. Quem queria ser padre, por exemplo, tinha de comprovar a sua origem, a «limpeza de sangue» — fosse nobre ou plebeu. Era uma defesa contra possíveis «cavalos de Tróia».

As guerras religiosas contra os maometanos são, aliás, quase dos nossos dias. Em plenos séculos XVII e XVIII os navios da Soberana Ordem de Malta davam continuos combates às embarcações com bandeira do Crescente e prestavam relevantes serviços à segurança da navegação, contribuindo para limpar o Mediterrâneo dos piratas argelinos, que chegavam a ir até à Madeira e aos Açores, onde desembarcavam, fa-

ziam razias e levavam prisioneiros, especialmente mulheres. Nesse tempo já havia, como se vê, piratas oriundos daquela região. Mas, diga-se de passagem, também os havia franceses e ingleses. Chamavam-lhes, porém, corsários — uma discriminação puramente nominativa...

Não admira, assim, que numa ordem católica e tradicional, como a de Malta, aquelas discriminações se mantivessem, mas hoje apenas existem com o sentido de não ser reconhecida antiga nobreza católica a uma ascendência maometana ou hebraica. É óbvio.

Deu-se, todavia, uma adaptação aos nossos tempos no Regimento da Ordem: foram criados cavaleiros de Graça Magistral, aos quais é, implicitamente,

concedida nobreza individual, reconhecendo-lhes iguais direitos, segundo a sua categoria — pois até os há que são ministros —, mesmo que não descendam da «coxa de Júpiter» e tenham na circulação sanguínea cromossomas de Mafoma.

As discriminações quanto aos judeus e maometanos manifestavam-se, aliás, também no sentido oposto, isto é, contra os católicos e entre eles próprios. Note-se, de passagem, que em Israel, nos nossos dias, não são admitidos imigrantes que não professem a religião hebraica. E o ódio ao hebreu, nos países árabes que circundam Israel, é conhecido no mundo inteiro. Coisas que em Portugal ultra-

(Continuação da 5.ª página)

ARTIGO

DO

ENG.º GAGO DE MEDEIROS

do o plebeu à nobreza como o nobre se dissolvendo na plebe. A aristocracia transformava-se entre nós quase automaticamente em nobreza e esta, quando desmerecia ou perdia as suas bases materiais — «fidalguia sem comedoria é galta que não assobia», costumava dizer a Sr.ª marquesa de Belas —, integrava-se rápida ou lentamente no povo.

Conhecemos alguns exemplos dessas descidas e subidas sociais nos primeiros séculos da colonização dos Açores. Frei Gonçalo Velho, segundo uns descobridor do arquipélago, segundo outros apenas seu reconhecedor — nos portulanos dos séculos XIV e XV já figuram umas ilhas numa posição aproximada dos Açores, embora em ordem e número diferentes —, escolheu Santa Maria, a primeira terra a que aportou, para sede da sua capitania. Esta ilha era, todavia, pobre. No decurso dos séculos, apenas o aeroporto construído no último conflito mundial lhe trouxe certa importância. Ao passo que a de São Miguel se mostrou, logo desde o início do povoamento, rica de promessas que o futuro não desmentiu.

A colonização de Santa Maria fez-se, em grande parte, com gente nobre, familiares de Gonçalo Velho — ele próprio das antigas estirpes dos Velhos e dos Cabrais senhores de Belmonte —, enquanto que na de S. Miguel a plebe foi muito mais numerosa. Passadas poucas gerações sobre a posse portuguesa, encontravam-se em Santa Maria indivi-

EXALTAÇÃO PORTUGUESA DA RAÇA NEGRA

(Continuação da 1.ª página)

passam a imaginação de toda a gente.

A discriminação racio-religiosa é ainda praticada na actualidade em muitos países do «terceiro mundo» — especialmente nos «desalinhados» —, que se dizem campeões da liberdade de pensamento e da igualdade dos homens, mas que só aplicam esses princípios fora da sua própria jurisdição.

Lembramo-nos de, há poucos anos por exemplo, termos encontrado numa reunião internacional um indiano que procurava de toda a maneira contactar-nos. Sentava-se ao pé de nós e dirigia-nos a palavra, a que não respondíamos. Misturava-se em pequenos grupos onde nos encontrávamos, imiscuindo-se na conversa geral, a ver se estabelecia colloquio conosco. A lembrança de Goa estava, contudo, sempre fresca no nosso coração e, assim, nenhuma das suas manobras teve êxito. Foi então que ele se decidiu a enfrentar-nos directamente. Apeitou-nos um braço e disse-nos com solenidade: «Meu avô era goês; quaisquer que sejam as circunstâncias, a minha pátria espiritual será sempre Portugal». Estendemos-lhe automaticamente a mão. E, no decurso da conversa cordial que logo se estabeleceu, disse-nos que era católico e possuidor de bons meios de fortuna. «A vida para os católicos — acrescentou — e hoje tão difícil na Índia, que penso expatriar-me». E, na verdade, não se encontra um alto funcionário ou um político de posição que seja católico nessa Índia que apregoa — para os outros — a igualdade dos homens. Nem sequer se conhece um diplomata indiano que seja mestiço.

Em Portugal pode afirmar-se que, praticamente, nunca existiu qualquer discriminação racial. Não será, por exemplo, um vivo testemunho de tal espírito o caso passado com o já referido Gonçalo Velho, que, segundo diz o cronista Frutuoso, foi padrinho, no começo do século XV, de um sobrinho do rei de Fez, levou-o para os Açores e os seus descendentes cruzaram-se logo com famílias açorianas brasonadas? E toda a alta nobreza portuguesa descende de D. Madalena, neta do último rei de Granada, Muley Abul Hagen, e Rainha Loyra, a qual casou com D. Luis de Lancastre, 1.º comendador-mor de Avis, cuja descendência se ligou a todas as grandes casas fidalgas de Portugal.

As referências que se fizeram a certas expressões contidas em algumas Cartas de Nobreza ou em Processos de Inquirição de *Genere* não tinham, como se disse, um carácter anti-racial, mas sim, de discriminação religiosa, longínqua sobrevivência dos cruzados e da ameaça turca sobre a Europa. Realidade histórica e também europeia, essas discriminações foram a directa consequência do que Sua Eminência o Cardeal Bea, numa cerimónia na Universidade Pro-Deo, chamou «as tristes guerras da religião, aberração proveniente de um amor mal compreendido da verdade». E a prova mais exuberante de que não havia em Portugal discriminação racial está em que o cruzamento com o negro — obviamente o mais visível — nunca provocou qualquer ostracismo por parte dos portugueses brancos, ao passo que, nos países nórdicos, mesmo nos socialistas, até a última Grande Guerra, o negro não conseguia alojar-se num hotel decente. Agora é que esses países, por

imperativo político e não por sentimento, seguem o caminho que sempre trilhamos. Percebem-se, todavia, quanto lhes custa praticar a igualdade racial — que foi logo a nossa política e o nosso lema nos primórdios dos Descobrimentos.

★

Nas horas vagas de uma vida de trabalho exaustivo, distraímos-nos, como simples curiosos, com estudos histórico-genealógicos dos Açores. E, visto que não temos tempo para consultar os arquivos, fazemo-lo por intermédio de colaboradores, uns por amizade, outros assalariados. Tivemos, entre estes, servidores de toda a natureza — competentes e incompetentes, preguiçosos e diligentes, honestos e desonestos, interesseiros ou materialmente desinteressados. Nos últimos anos tem-nos, porém, ajudado um rapaz portador de grandes nomes de Santa Maria, sabedor e escrupuloso, embora modestíssimo, tão modesto que pede sempre que não o nomeemos. Encontrou ele, recentemente, dois documentos que amplamente ilustram as anteriores afirmações acerca do anti-racismo português.

O primeiro consta do Livro VIII do Desembargo do Paço, dos anos de 1589 a 1592, folhas 231 verso, sob a rubrica «serventia de ofícios», e que se encontra na Biblioteca Nacional da Ajuda. Refere-se à nomeação, para «escrivão dos órfãos da ilha do Faial», de Martim de Castro, *mulato, cavaleiro da Casa de Sua Majestade*, constando, por certidões da armada, «que se achou na ilha de São Miguel quando a ela foram os franceses e foi ferido em uma briga pelo que lhe fez Sua Majestade de o tomar por Cavaleiro Fidalgo».

O segundo, já de meados do século XVII, refere-se à entrega a seu avô, o capitão António d'Amaral, homem nobre, da «mulatinha Francisca», filha de seu filho Francisco d'Amaral, que morreu no Maranhão, e de uma escrava do capitão-mor do Pará, Pedro Teixeira, que lhe deu carta de alforria, encarregando o cônego licenciado Manuel Teixeira de ir em direitura à cidade de Lisboa e de entregar a dita Francisca ao conde de Cantanhede, para que eia entrasse no convívio dos seus parentes.

Estes dois documentos provam a evidência que, por um lado, a mescla de sangue negro não impedia um português de se nobilitar e de exercer cargos oficiais nas comunidades brancas do continente e ilhas adjacentes e, por outro, que as próprias famílias não repudiavam os seus parentes mestiços, antes os acolhiam no seu seio e os tratavam como iguais.

★

No segundo documento há uma referência à escravatura, fenómeno social que do século XVI ao XIX feriu profundamente as populações negras da África: vinte milhões de pretos foram deportados do seu solo natal para as terras das Américas do Sul e do Norte; cem milhões pereceram nas «caças» ao homem (número apontado por Frossard, que se reputa, contudo, exageradíssimo).

A tal acontecimento, que se estendeu ao longo de 300 anos, devemos fazer algumas justas referências.

O começo da escravatura perde-se na noite dos tempos, pois até no Antigo Testamento se fazem inúmeras menções de escravos. E podemos tomar como exemplo as comunidades negras alheias à influência europeia, por, segundo Delafosse, «serem relativamente vizinhas da humanidade primitiva».

O Presidente Senghor, do Senegal — que citamos objectivamente, embora nos doa a sua atitude antiportuguesa —, no seu livro *Negritude et humanisme*, ao dar uma «ideia viva da organização de um reino negro-africano», descreve a ordem política e social do *Sine*, donde é originário, e que se fundamenta essencialmente na hierarquia das castas. No primeiro escalão figura o Rei ou *Bour*. E, no quinto e último, mencionam-se os *Fad* ou cativos (digo «cativos» — acrescenta o autor — de preferência a «escravos»). E, mais adiante, Senghor dá mais os seguintes pormenores: «Eles (os cativos) dividem-se em cativos da Coroa e cativos dos particulares; e estes em cativos de tráfico e cativos de choça».

«Os cativos da Coroa são privilegiados. Vimos que eles dão ao Rei altos funcionários: *farbus* e *dyaliquis*. A maioria são *tyedos*, quer dizer, soldados. A esse título, têm as vantagens concedidas em toda a parte aos militares».

«Os cativos comprados ou conquistados formam a subcasta dos cativos de tráfico. São os mais desgraçados. Pode-se-lhes bater; as mulheres são dadas como concubinas a homens livres, como mulheres de cativos — sem o seu consentimento. Mas o cativo, mesmo de tráfico, não pode ser vendido. Ele pode resgatar-se, até contra a vontade do seu dono, e não pode ser condenado arbitrariamente à morte».

«Os cativos de choça, os mais numerosos, são formados pela massa dos «libertos» ou forros e dos filhos dos cativos de tráfico nascidos na casa patronal. São mais criados do que escravos, no sentido antigo da palavra. Fazem parte da família, de quem usam o nome. Trabalham só em parte para o dono. Em contra-

partida, este dá-lhes terra para cultivar, comida, roupa e uma mulher».

Não foram, pois, os europeus que inventaram a escravatura, mormente a negro-africana. E no tráfico de escravos entre a África e a América colaboraram os próprios príncipes negros, em guerras de razia e extermínio, como o reconhece Senghor, embora acrescentando que a isso eram levados pelos mercados de escravos, movidos somente por interesses materiais.

Nesta triste página da História da Humanidade em que participou a maioria dos povos europeus — até os Dinamarqueses, que deixaram «fama de uma avareza cruel», tiveram na costa de África um importantíssimo centro de venda de escravos, destinados especialmente à América do Norte — cabem, porém, a Portugal umas linhas que muito nos honram e que são nosso exclusivo: foram os Portugueses que desde o início consideraram os escravos negros como fazendo parte da família e tendo-os como seus iguais perante Deus, base da sociedade harmoniosa e multirracial que rapidamente se estabeleceu no Brasil. Os milhões de indivíduos de pele «cravo e canela» em que se estrutura a grande nação irmã que construímos não nasceram hoje — têm séculos de existência.

★

Esta política, esta nossa maneira de ser, foi sempre seguida no andar dos tempos. Os últimos reis de Portugal concederam mesmo títulos nobiliárquicos a mestiços e a negros puros como prémio de terem sido bons Portugueses.

Assim, por Decreto de 10 de Abril de 1848, foi autorizado João Maria de Sousa Almeida, negro, natural da ilha do Príncipe, a usar o título de barão de Agua-Izé. E, por Decreto de 28 de Dezembro de 1871, foi agraciado com o mesmo título o segundo barão, filho do precedente, Manuel Vera da Cruz Almeida. Por Decreto de 7 de Setembro de 1871 foi feito barão de Cabinda, de juro e herdade, Manuel José Puna, negro, régulo de Cabinda, comendador de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (um seu descendente usa actualmente esse título). Por Decreto não registado na Torre do Tombo, el-rei D. Carlos I fez visconde de Malanxa Jacinto Carneiro de Sousa e Almeida, natural da ilha do Príncipe, filho do barão de Agua-Izé, falecido em Lisboa em 5 de Maio de 1904. Um filho deste titular tornou-se há anos muito conhecido em Lisboa. Aito, forte, de porte distinto, era professor de patinagem. Não sabemos se ainda é vivo.

Mas não foi só a negros que foram concedidos títulos nobiliárquicos. Por Decreto de 26 de Junho de 1873, foi agraciado, com o título de barão de Dempó, Christin Govind Raité Sinag-Dempó, maometano, natural do Estado Português da Índia e ali morador. Por Decreto de D. Maria II, de 5 de Novembro de 1845, foi criado barão Goldsmith da Palmeira «Sir» Isaac Lyon Goldsmith, hebraico, de nacionalidade inglesa. E, por Decreto de 7 de Junho de 1888, foi agraciado, com o título de barão de Sendal, David Cohen de Castro Lara, diplomata português e judeu.

A estes exemplos, pessoa competente na matéria poderia acrescentar muitos outros. Todos eles, porém, tornam bem patente que em Portugal nunca existiu qualquer discriminação racial, mesmo nas épocas em que, por contaminação dos outros países europeus, eia poderia ser explicada e justificada. E, principalmente, demonstra-se como é verdadeiro o pé de igualdade com que tradicionalmente tratamos os pretos.

Nenhum país como História que não é de ontem, glorificou ao ponto a que nós o fizemos a raça negra. Nunca será de mais lembrá-lo, agora que, no mundo moderno, apareceram uns improvisados campeões da integração racial que pretendem fazer esquecer o que orgulhosamente consideramos como os nossos impercíveis pergaminhos de dignidade humana.

Engenheiro
GAGO DE MEDEIROS
(Visconde do Botelho)